

VI – BIENAL – COLOQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES: ESCENARIOS PROSPECTIVOS ACERCA DEL DESARROLLO DEL TERRITORIO. UNA REFLEXIÓN ESTRATÉGICA – UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL – SANTA FÉ – ARGENTINA 15, 16 E 17 DE NOVIEMBRE DE 2006

Mesa Temática 1: “Los Cambios en la base de sustentación económica y la estrutura social del territorio”

Coordinadores de la Mesa: Hugo Arrillaga, Silvia Montenegro y Julio Talin

TRABALHO COMPLETO

Título: TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL/BR BASEADA NA AGROINDÚSTRIA FUMAGEIRA

Autores: Carina Santos de Almeida¹

Unidade Acadêmica: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Rio Grande do Sul/Brasil.

Email: carina.almaid@yahoo.com.br ou carina.almaid@bol.com.br

RESUMO

A região de Santa Cruz do Sul, localizada no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, tem sua economia baseada no setor agroindustrial do tabaco. Entendendo que este produto se encontra no cenário mundial e nacional em decréscimo pela maledicência à saúde humana, torna-se indispensável compreender como a região se estruturou territorialmente no decorrer de seu processo histórico, mas, sobretudo, como alicerçou sua sustentabilidade econômica e sua estrutura social, desde a chegada dos primeiros imigrantes alemães na região, em 1849, até a contemporaneidade, direcionando-se para uma subsistência monocultora. Neste sentido, caracterizaremos a forma como se configurou o “desenvolvimento territorial” da atual região de influência da cidade baseado na “cultura tabagista”, que permeou o crescimento socioeconômico ao longo destes mais de um século e meio de história.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento Territorial, Sustentabilidade Econômica, Estrutura Social, História e Região

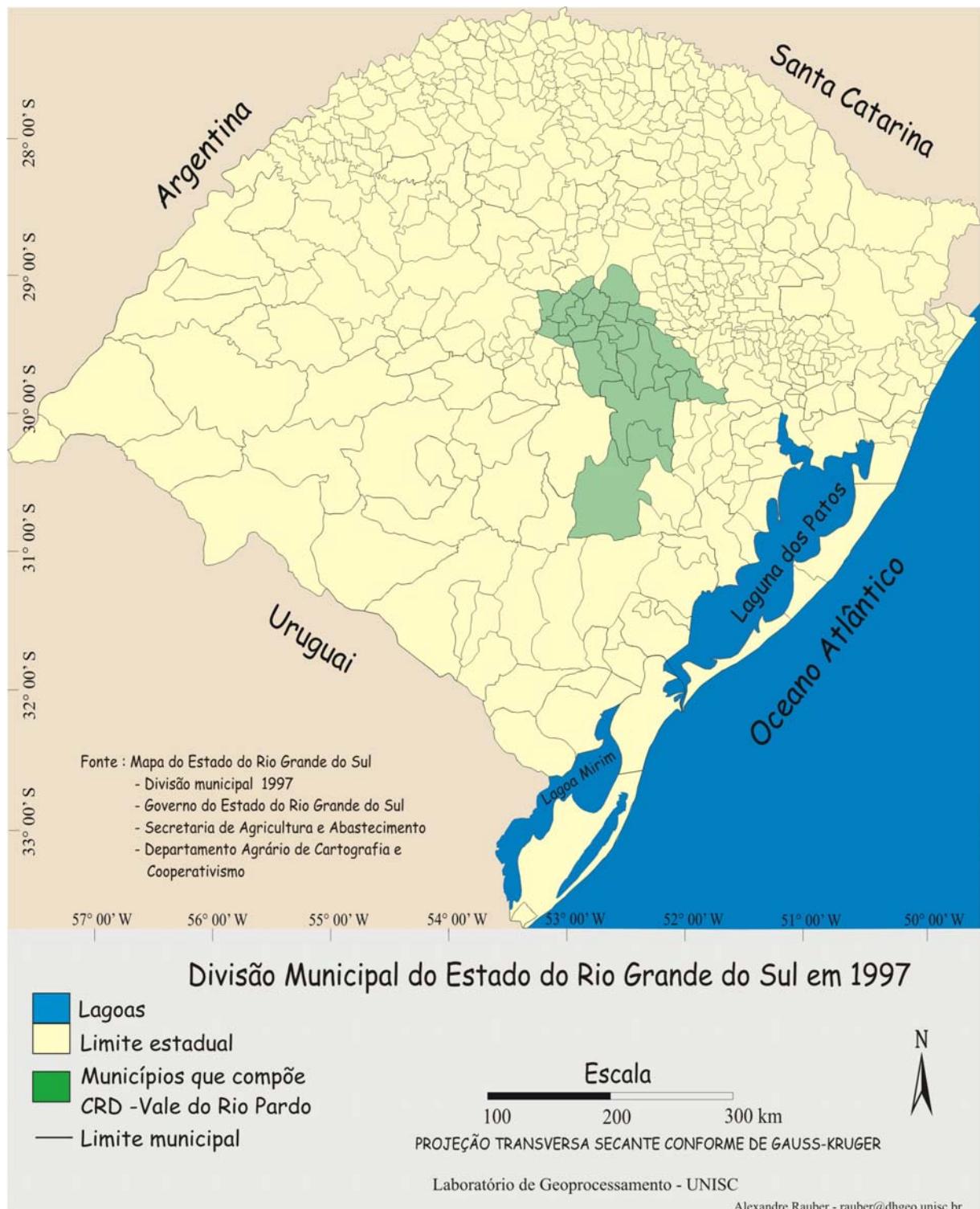
¹ Historiadora, Mestranda no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Ministério da Educação/Brasil.

A região do Vale do Rio Pardo – VRP – (Figura 1), Rio Grande do Sul/Brasil, se apresenta como uma das principais áreas produtoras de fumo em folha em termos de qualidade e de produtividade, tanto do país quanto do mundo. Nesse território destacamos Santa Cruz do Sul, Vera Cruz e Venâncio Aires (Figura 2) – cidades de porte médio, onde estão situados grandes complexos transnacionais –, que a partir da internacionalização do setor fumageiro passaram a desempenhar um papel destacado na sustentabilidade econômica e na configuração da estrutura social regional, ganhando expressão no mercado internacional fumageiro pelo fato de juntas abrigarem, em termos de produção, comercialização e beneficiamento industrial do fumo, o maior complexo agroindustrial do gênero do mundo. (SILVEIRA, 2002, p.173-174) O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da região é R\$ 13.466, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), tendo uma população total, em 2005, de 417.330 habitantes. A cidade de Santa Cruz do Sul tem uma população estimada em 114 mil habitantes e se destaca como o principal centro urbano da Região do Vale do Rio Pardo, caracteriza-se por ser uma cidade de porte médio, com um PIB *per capita* de R\$23.139, FEE (2003). Portanto, inicialmente encontramos dentro desta região discrepâncias a cerca de fatores econômicos, e por consequência, sociais.

Santa Cruz do Sul está inserida na região do Vale do Rio Pardo – COREDE –, que é composta por 22 municípios. As cidades circunvizinhas a este município possuem sua economia baseada na produção do tabaco e no seu beneficiamento.² Assim como a caracterização geomorfológica do Vale do Rio Pardo é diversa, esta região também manifesta diferenças culturais e socioeconômicas. Portanto, a região não possui uma homogeneidade étnica e tem uma complexa ocupação territorial, que reporta aos primeiros povoadores luso-brasileiros, aos conseguentes imigrantes alemães e posteriormente a incursão tímida de imigrantes italianos. Todavia, neste contexto, nos interessa refletir sobre Santa Cruz do Sul – berço da imigração alemã na região –, e como esta desenvolveu profundos vínculos com a produção tabagista, afirmando o que chamamos de “cultura tabagista”. Para alcançar este objetivo, é necessário fazermos uma digressão, que principia com uma breve descrição histórica do território, alicerçada no processo social e econômico e se encerra com o contexto atual de agudização do setor tabagista.

Figura 1 – Localização do Vale do Rio Pardo no contexto gaúcho

² A mencionada região se caracteriza por estar inserida em grandes unidades geomorfológicas, com paisagens geográficas diferentes, assim a parte setentrional é chamada de Planalto das Araucárias, a meso-região faz parte da Depressão Central e, por fim, a parte meridional chama-se Planalto Sul-Riograndense. De acordo com Collischonn (2001), a região no que se refere ao relevo, apresenta designações que variam com a classificação e definição adotada por vários geógrafos.



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento – UNISC.

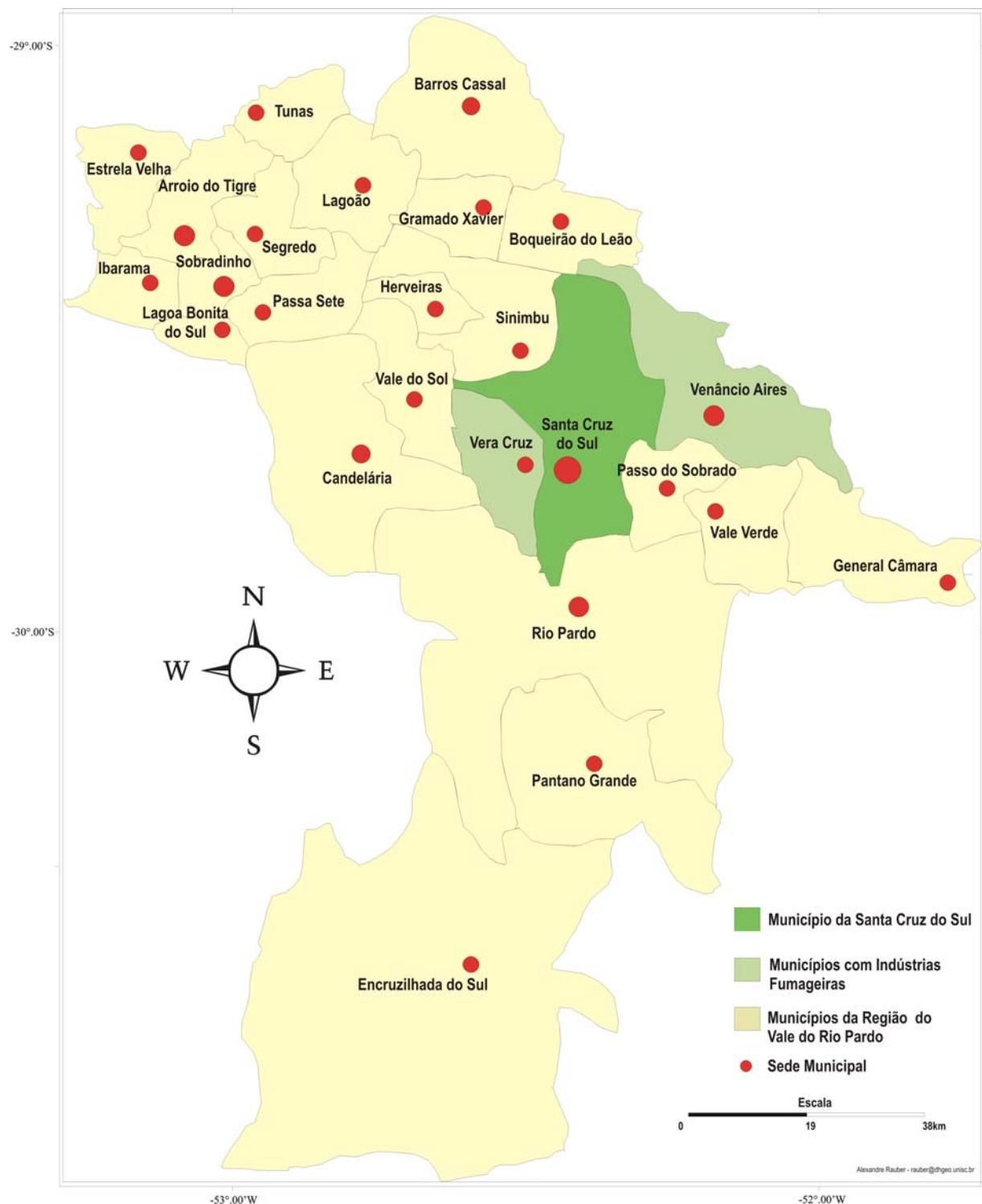
SANTA CRUZ DO SUL E REGIÃO: O CONTEXTO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

A ocupação histórica do território de Santa Cruz do Sul está vinculada diretamente com a política de colonização levada a efeito, no século XIX, pela ação oficial dos governos imperial e provincial. No Brasil meridional, diferentemente daquilo que ocorreu nas áreas dominadas pelas oligarquias canavieira e cafeeira, o processo migratório objetivou fixar diretamente a terra aos imigrantes vindos da Europa, com a consequente criação de colônias de pequenos produtores rurais. (VOGT, 1997, p. 53-54).

Neste sentido, é que no final do ano de 1849 – 19 de dezembro –, chegaram os primeiros imigrantes de tradição germânica para a nova colônia de Santa Cruz, num total de doze pessoas, ocupando os primeiros lotes demarcados; destaca-se que neste primeiro momento a colônia, era parte integrante do município de Rio Pardo, fundado por luso-brasileiros, baseado no trabalho de negros escravos. (VOGT, 1997, p. 57-58). O município de Rio Pardo caracterizava-se por uma vasta área territorial, tomado por grandes latifúndios que abrangiam boa parte do território da Província de São Pedro – antigo nome do Estado do Rio Grande do Sul, no período imperial –, assim, este município, tinha uma estratégica posição junto ao rio Jacuí, constituiu-se em um importante entreposto comercial, que ligava a fronteira provincial aos campos de Cima da Serra – região setentrional do Estado e com baixa densidade demográfica. Este último possuía uma economia baseada na criação extensiva de gado e na produção de feijão, cevada, centeio e trigo. (WINK, 2002, p. 20-22).

A região destinada aos imigrantes germânicos foi a depressão central – região central do Vale do Rio Pardo –, junto à encosta inferior da serra, pra que ocorresse o povoamento da recém aberta estrada que ligava a cidade de Rio Pardo à cidade de Cruz Alta. Num primeiro momento, os imigrantes empreenderam uma agricultura de subsistência. À primeira plantação antecedia, necessariamente, o desmatamento, a queima e a limpeza de um pequeno roçado, entre os produtos cultivados e consumidos estavam: batata “inglesa”, aveia, centeio, cevada, milho, feijão e o fumo. Além disso, a criação de galinhas, gado e porcos garantia-lhes os ovos, a carne, o toucinho e a banha. Assim, os imigrantes produziram o necessário à sua subsistência, exceção feita ao sal, roupas e ferramentas. Com o decorrer dos anos, o excedente dos produtos passou a ser comercializados na cidade de Rio Pardo. (VOGT, 1997, p. 69-72)

Figura 2: Vale do Rio Pardo - COREDE



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento – UNISC.

Conforme Etges (1991, p. 71-72), a faixa de terras destinadas aos imigrantes alemães aqui instalados, localizava-se numa área de transição entre o Planalto e a Depressão, em altitudes que variavam de 80m ao sul a 640m ao norte, sendo cobertas por densas florestas.

DA ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA AO EXCEDENTE: O FUMO E A AUTONOMIA POLÍTICA

O crescimento econômico da colônia processou-se de forma notável, passando de uma agricultura de subsistência nos anos iniciais, para a produção e exportação de excedentes, sobretudo a partir de 1860. Santa Cruz se tornou freguesia em 1859, com a extinção administrativa da Colônia em 1872, passou a ser distrito de Rio Pardo, tendo se emancipado em 1877 e concretizado a instalação da Câmara Municipal em 1878, elevando-se de “freguesia” a condição de “vila”. (MARTIN, 1979, p.33) Os imigrantes alemães estabeleceram nas áreas de campo, junto à encosta da serra, um sistema diferenciado de ocupação do solo, baseado em pequenas propriedades, sendo estas direcionadas a produção agrícola de gêneros alimentícios. Rio Pardo, anteriormente o maior e um dos mais ricos municípios da Província, de centenária relevância militar e poder político percebe, aos poucos, sua economia perder importância, ao mesmo tempo em que assiste ao desenvolvimento da Colônia de Santa Cruz em ritmo acelerado. (WINK, 2001, p. 32-33)

Com a chegada dos novos contingentes de imigrantes a região de Santa Cruz um maior número de lotes passou ser ocupados e as roças foram substituindo as florestas. A comercialização do excedente agrícola, basicamente fumo e feijão, foi direcionado a partir de 1856 à exportação. Com o surgimento de manufaturas de charutos, banha e sacos se iniciou a aceleração produtiva, que pode estar relacionada com a procedência do imigrante (MENEZES, 1940, p. 40), assim como estar associada à penetração de pessoas de São Leopoldo – primeira colônia no Estado a receber imigrantes alemães em 1825 –, em Santa Cruz, pois estes eram conhecedores de boa parte da estrutura topográfica e estavam ambientados ao novo país, especialmente depois de 1854, com a regulamentação da Lei de Terras e com a Lei Provincial nº 304, que possibilitaram a compra dos lotes coloniais. (CUNHA, 1991, p. 144)

A produção do tabaco cresceu paulatinamente entre os anos de 1865/66, tornando-se o principal produto agrícola de cultivo e comercialização da Colônia. A qualidade do fumo originava-se não só da especialização dos colonos, mas também, e, sobretudo, devido à ação dos comerciantes, que por sua vez orientavam os colonos no plantio e na colheita, portanto, foi fundamentalmente graças ao trabalho dispensado a produção do fumo que Santa Cruz alcançou o seu progresso. (VOGT, 1997, p. 73-80)

Devido à promulgação da Lei nº 304 de 1854, versão provincial da Lei de Terras de 1850, os novos imigrantes necessitavam produzir para pagar suas dívidas. Intensificou-se, desse modo, a produção de

excedente de origem agrícola, animal e artesanal, para comercializá-lo, paralelo à manutenção da produção de subsistência, com destaque ao fumo. Esse período foi caracterizado pelo aumento populacional, produtivo e comercial que possibilitou o ingresso de Santa Cruz na divisão inter-regional do trabalho, aumentando, pois, o interesse de artesãos e negociantes a morar na povoação, estabelecida em 1855. O comerciante passou a ser negociante exportador e importador e, posteriormente, pelo acúmulo de capital adquirido, foi o responsável pela formação das agroindústrias locais estabelecendo relações tipicamente capitalistas de produção.

Conforme Roche (1969), o trabalho desses comerciantes nas picadas consistia, basicamente, em comprar a produção colonial e conduzi-la, no lombo de muares ou em carro de bois, até Rio Pardo, de onde o carregamento seguia via fluvial pelo rio Jacuí até a capital provincial. Ao retornarem, vinham carregados com todo o tipo de produtos manufaturados, originários de diversos pontos do Brasil e até mesmo, da Europa. Esses comerciantes locais estavam, em sua maioria, ligados aos grandes atacadistas de Porto Alegre – capital do Estado gaúcho –, que, no último quartel do século XIX, fizeram Santa Cruz transformar-se no centro comercial de toda a região colonial, especializando-se na exportação de seus produtos, particularmente, de gêneros alimentícios, aos mercados consumidores do centro do país. Mais tarde, com o surgimento do ramal férreo Santa Cruz – Rio Pardo, em 1905, os mesmos comerciantes realizavam o transporte desde as linhas coloniais até a estação férrea.

Assim, o intercâmbio comercial gerou o acúmulo de capitais nas mãos dos comerciantes, possibilitando-lhes inversões em empreendimentos comerciais ainda maiores e, principalmente, em indústrias. Por outro lado, o colono, na medida em que estava ocupado diretamente no cultivo da terra, jamais teria condições de capitalizar nas condições historicamente dadas. (VOGTT, 1997, p. 99)

A inserção de Santa Cruz no mercado capitalista se dá a partir de 1860, quando, além do incremento e da diversificação da agricultura colonial, tem-se início, a estruturação dos demais setores econômicos, como o comércio e o artesanato. As atividades comerciais desenvolvidas com o mundo “exterior” restringiram-se as trocas de excedentes agrícolas, basicamente, milho, feijão, erva-mate e fumo, por produtos manufaturados vindos de São Paulo, do Rio de Janeiro e por produtos importados do exterior, estabelecendo uma verdadeira rede comercial que ligava, numa ponta, a produção agrícola e artesanal das colônias e, na outra, o mercado e o porto da cidade de Porto Alegre. (SILVEIRA, 2003, p.57-59) Mas, efetivamente, é a partir da década de 1880, que Santa Cruz inicia, por meio das iniciativas comerciais e industriais, a permanência da acumulação via comercialização e exportação de produtos agrícolas, sendo o fumo beneficiado o principal integrante do mercado capitalista. (KRAUSE, 2002, p. 68) A autonomia político-administrativa alcançada em 1878 marcou o início de uma nova e importante fase de seu desenvolvimento, a especialização fumageira trouxe desenvolvimento econômico ao município e proporcionou a implantação de equipamentos e serviços em seu

núcleo urbano, gerando as condições necessárias à futura instalação de seu parque industrial. (WINK, 2002, p. 70).

SÉCULO XX: INDÚSTRIA TABAGISTA E SUA INTERNACIONALIZAÇÃO

Este período caracteriza-se pela consolidação, reaglutinação ou fusão dos estabelecimentos de comércio e beneficiamento de tabaco, originadas no início do século XX da acumulação de capital mercantil, e pela penetração do capital internacional na região, processo este iniciado em 1917, ano que houve a instalação da *The Brazilian Tobacco Corporation*, antecessora da Companhia Brasileira de Fumos em Folha (1920) e da Souza Cruz (1955). No que concerne às relações sociais de produção, o período se notabiliza pela ocorrência da paulatina subordinação do processo de trabalho dos produtores familiares, plantadores de fumo, ao capital industrial. Isto é, há um deslocamento do agente subordinador que é transferido da figura do comerciante para o da agroindústria fumageira. (VOGT, 1997, p. 101)

Tabela 1 - Estabelecimentos de Fumo preparado existentes em Santa Cruz no ano de 1916

Proprietários	Nº de Operários
Adolfo Iserhardt	15
A.E. Hennig & Cia.	135
José Etges F. & Cia.	40
Alfredo Schütz	150
Irmãos Schütz	120
Augusto Bauermann	6
Teodoro F. Schilling	12
J.N.kliemann	120

Fonte:
VOGT,

1997, p.99.

Neste sentido, o ramo industrial que se instalou em Santa Cruz, saiu favorecido, na medida em que pôde contar com o capital anteriormente acumulado pelo comércio, com mão-de-obra relativamente especializada e usufruir das oportunidades que o mercado interno lhe oferecia. Além disso, a indústria fumageira incrementou o beneficiamento do fumo, que até 1919, era exportado em forma bruta, passando a fazê-lo de modo mais qualificado, através do emprego de processos mais modernos, como o de esterilização das folhas. (SILVEIRA, 2003, p. 66-67)

As inovações tecnológicas introduzidas, indiscutivelmente, modernizaram o processo do cultivo e beneficiamento da produção tabaqueira e são sintomáticas da penetração desigual e contraditória do capitalismo na agricultura. Assim, o incremento tecnológico fez o fumicultor deixar de estar diretamente subordinado ao capital comercial para subordinar-se ao capital industrial. Não que a dependência em relação ao comerciante tenha se rompido de uma hora para outra, este processo foi lento e gradual e não representou mudanças abruptas para os colonos produtores. Ao invés de serem fregueses dos comerciantes, os colonos passaram a ser “fregueses” das agroindústrias. Neste período, também se acentuou a perda de autonomia no processo de trabalho dos produtores familiares de tabaco, como por exemplo, a Souza Cruz passou a fornecer aos colonos, como forma de adiantamento, as sementes e o adubo cujo valor era descontado por ocasião da entrega da safra. (VOGT, 1997, p. 108)

Tabela 2: Fumageiras existentes em 1956 em Santa Cruz de acordo com a origem do capital

Fábricas de Cigarros	Capital
Cia. De Cigarros Sinimbu	Local
Cia. De Fumos Santa Cruz	Local

Beneficiamento e Exportação	Capital
Cia. De Cigarros Souza Cruz	anglo-americano
Exportadora Hennig S.A.	local
Fábricas de Cigarros Sudan	paulista
Ind. De Tabacos Santa Cruz Ltda	local
Kliemann & Cia.	local
J.N.kliemann	local
Tabacos Tatsch S.A.	local
Loewenhaupt & Cia. Ltda	local
Carl Leoni Torres & Cia. Ltda.	Porto-alegrense

Fonte: VOGT, 1997, p.133-134.

Neste período também, houve uma intensificação do processo migratório do meio rural para o meio urbano, isto ocorre por causa da expansão da área destinada ao fumo, havendo uma acentuação da fragmentação da pequena propriedade rural, além disso, intensificam-se as correntes migratórias em direção ao oeste de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. (ETGES, 1991, p. 77)

Por outro lado, no aspecto da infra-estrutura urbana, Santa Cruz recebeu, a partir dos anos 20, um forte incremento, estendendo-se até a década de 60, quando passou a apresentar condições bastante atrativas, favorecendo a instalação do capital internacional, que vislumbrou, na cidade e região, potencialidades, que,

somadas ao desempenho da população local, transformaram, nas décadas seguintes, o município em um dos mais importantes pólos de desenvolvimento da região central do Estado. (WINK, 2002, p. 122).

Os bons rendimentos monetários proporcionados pela cultura tabagista, provocaram o aumento da área plantada e a intensificação do cultivo, este aumento por sua vez, resultou numa superprodução no final da década de 40, esta situação foi agravada porque França, Espanha, Bélgica, Holanda e Dinamarca, que eram os principais importadores do tabaco local, após serem contemplados com o Plano Marshall, passaram a adquirir o fumo norte americano. Pode-se afirmar que, a partir de 1948, teve início uma longa crise no setor fumageiro de Santa Cruz, crise esta que, com poucas melhorias, se arrastou pelos 20 anos subsequentes. Durante as décadas de 50 e 60, no que pese o aumento da área plantada e da tonelagem colhida, o tabaco gaúcho, e por extensão o santa-cruzense, enfrentou sérias dificuldades para conseguir colocação no mercado. (VOGT, 1997, p.122)

A TRANSNACIONALIZAÇÃO DO SETOR TABAGISTA: O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO

A grave crise que se abateu sobre a indústria fumageira, base do sistema econômico santa-cruzense e da região, marcou, expressivamente, uma série de acontecimentos que levaram à transnacionalização do setor a partir de 1965 e ao surgimento de uma nova fase de desenvolvimento urbano e econômico da cidade. (WINK, 2002, p. 133).

Neste sentido, há um processo gradual da desnacionalização das indústrias de fumo locais. Como consequência direta houve uma significativa dinamização em todos os campos da atividade fumageira: na atividade industrial; na comercialização e industrialização do produto; e na produção agrícola. (ETGES, 1991, p. 79)

Para Vogt (1997, p. 126-127), três fatores principais, dentre outros, foram fundamentais para a transnacionalização do setor tabagista:

- 1º) conflitos étnicos existentes na Rodésia que prejudicaram a produção e exportação do tabaco daquela ex-colônia britânica situada na África;
- 2º) a abertura do mercado internacional para os fumos brasileiros (antes carentes de competitividade por não estarem ajustados às exigências e padrões do mercado mundial);
- 3º) a política adotada pelo Estado brasileiro, amplamente favorável à instalação de gigantescas agroindústrias no país e à constituição dos complexos agroindustriais.

Conforme Vogt (1997, p. 132-133), a transnacionalização do setor fumageiro deu-se, via de regra, através de um processo gradual de compra: inicialmente o consórcio multinacional injetava recurso em determinada empresa local, ao adquirir parte das ações desta; posteriormente assumia o controle acionário, total ou majoritário do empreendimento, quase sempre mantendo os antigos proprietários ou seus descendentes nas funções administrativas e gerenciais do estabelecimento, além disso, enquanto que as fumageiras de origem local debatiam-se com a crise, a indústria Souza Cruz fazia altíssimos investimentos.

Sendo assim, as maiores beneficiadoras de fumo da época foram, aos poucos, transnacionalizadas, iniciando-se um processo sucessivo de compra por parte de diferentes grupos. As décadas de 80 e 90 caracterizaram-se pela drástica diminuição de empresas no setor, fruto de fusões entre os grandes grupos estrangeiros. Atualmente o setor fumageiro, como no Brasil, é praticamente dominado por três grandes companhias. Por outro lado, outros setores industriais mantiveram-se presentes na economia local, destacando-se os setores de alimentação, têxtil, de metalurgia, de borracha e de plástico. (WINK, 2002, p. 135).

Como decorrência, o complexo agroindustrial fumageiro, capitaneado por Santa Cruz do Sul, passou a assumir papel de destaque no âmbito do mercado internacional de fumo. Dessa forma, o município passou a ser chamado de “capital nacional do fumo”, incorporando o bilionário circuito das praças comerciais mundiais de fumo, atraindo, a cada ano, nos meses de fevereiro a maio – período da colheita e da comercialização da safra –, compradores das principais companhias e fábricas de cigarro do mundo. Sendo assim, a hegemonia imposta pelo setor fumageiro na geração de empregos e de recursos fiscais, acabou consolidando-o como força representativa junto ao poder público municipal, muitas vezes, condicionando e direcionando as ações e as inversões dos recursos públicos no sentido de obter uma configuração espacial adequada ao desenvolvimento e à reprodução das condições de produção desse complexo agroindustrial fumageiro. Assim, o território municipal, passou a ser estruturado e organizado para atender aos requisitos necessários à continuidade da plena racionalização e do funcionamento eficaz do ramo fumageiro no âmbito mundial. (SILVEIRA, 2003, p. 130-132)

Outro aspecto importante refere-se aos trabalhadores safristas, que apesar de existirem desde o início das atividades agroindustriais fumageiras, – das pioneiras empresas locais, nas primeiras décadas do século passado –, foi a partir da internacionalização do setor e da chegada de empresas multinacionais, na década de 70, com o aumento significativo da produção e do beneficiamento industrial do fumo, ampliando, também, a demanda de trabalho, que a atividade temporária teve acrescida a sua importância no processo de produção da periferia urbana da cidade, enquanto alternativa à reprodução de consideráveis parcelas de trabalhadores, tanto do campo como da cidade. (SILVEIRA, 2003, p. 147)

Além disso, neste período, a luta dos agricultores plantadores de fumo tornou-se similar ao de tantos outros produtores agrícolas familiares. Ou seja, a situação é idêntica em todos os ramos, onde a mercantilização da produção e a monetarização das relações sociais subordinaram a exploração familiar integrada e possibilitaram ao capital agroindustrial a extração de uma maior quantidade de trabalho, gerado e incorporado às mercadorias. Quanto mais aumenta a produtividade das explorações agrícolas familiares, devido à tecnificação e ao emprego mais intensivo do trabalho, mais o capital se apropria do excedente social médio gerado. (VOGTT, 1997, p.241)

REGIÃO DO VALE DO RIO PARDO E O TABACO: DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO OU AGUDIZAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS?

A cadeia do fumo é umas das atividades mais peculiares no contexto do agronegócio nacional, pois constitui uma atividade agrícola tipicamente minifundiária, de perfil quase artesanal. Segundo dados fornecidos pela AFUBRA – Associação Nacional dos Fumicultores do Brasil – a cultura do fumo no sul do Brasil – que aglutina os Estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – absorve maciçamente a mão-de-obra familiar. Ao todo, há 198.040 famílias trabalhando nas lavouras, das quais 158.390 são proprietários de terras. Cada propriedade possui em média 16,9 hectares, sendo em torno de 2,6 hectares para o plantio do fumo. O restante é utilizado para outras culturas e criações paralelas e, manter a cobertura florestal. Assim, aproximadamente 1.049.612 pessoas dependem da cultura do fumo (safra 2004/05).

As empresas fumageiras fornecem aos produtores semente, adubo, agrotóxico, financiamento e todo o pacote tecnológico para a produção do tabaco, como pagamento, o agricultor restitui em produto. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), segundo consta no Anuário do Fumo 2005, coloca o setor do tabaco entre os 24 principais produtos da economia brasileira em relação à capacidade de acelerar o crescimento. O índice é avaliado pela geração de empregos diretos e pela demonstração de elevado poder na formação de cadeias produtivas com outros setores-chave, multiplicando os investimentos. A contribuição nos impostos nacionais também é expressiva, somando R\$ 6,457 bilhões em 2004, o equivalente a 46,4% do faturamento de toda a cadeia produtiva, que foi de R\$ 13,919 bilhões nesse ano. A partir deste panorama, pode-se fazer a seguinte comparação: de um maço com 20 cigarros, 13 destinam-se ao governo, 4 à indústria, 2 ao varejo e 1 ao produtor. Ressaltamos que o fumo exportado, que assume um total de 85% da produção brasileira, não capitaneia imposto para o governo brasileiro e se apresenta como o principal negócio para as empresas transnacionais, livres de taxas governamentais.

O fumo está em quarto lugar no *ranking* das exportações agrícolas brasileiras, atrás apenas dos segmentos de carnes, de café e de açúcar. Com uma diferença fundamental: é atividade de pequeno produtor, em propriedades que dedicam em média, apenas 2,6 hectares a essa cultura. As exportações no Brasil vêm mantendo um ritmo contínuo de crescimento. Em 2005, as exportações de fumo em folha superaram a 600 mil toneladas, gerando receita acima de U\$ 1,6 bilhão FOB³, receita esta, como foi apontado anteriormente, que não contribui aos cofres públicos. (CORREA *et al*, 2005, p.6)

A reconhecida qualidade do tabaco brasileiro tem permitido uma gradativa ampliação do mercado, tanto em relação aos clientes tradicionais como aos novos. Atualmente o Brasil exporta cerca de 85% da sua produção para mais de 100 países. Entre os principais compradores, segundo o Anuário Brasileiro do Fumo 2005, estão a União Européia, Extremo Oriente, Leste Europeu, América do Norte e, ainda África, Oriente Médio e América Latina. Individualmente, os Estados Unidos é o maior cliente.

As projeções para a safra 2005/06 dão indicativos de uma estabilização. Isto está relacionada a um conjunto de fatores: em primeiro lugar o produtor tenta ajustar o módulo (número de pés de fumo cultivados por estufa), na tentativa de otimização de suas unidades de cura. Em segundo lugar, há uma pequena retração do mercado interno, o que está permitindo aumentar as exportações, mesmo com uma safra menor. Além disso, as empresas fumageiras estão enfrentando problemas com a desvalorização do dólar em relação ao real. Contribui, igualmente, a sobra de estoques da safra mais recente. Toda esta conjuntura é que está levando a uma estabilização do setor, que deverá se manter entre 400 a 450 mil hectares de cultivo, com produção de 800 a 900 mil toneladas e volume de exportações entre 550 e 620 mil toneladas. (CORREA *et al*, 2005, p.14-15)

O futuro do setor, a longo prazo, é incerto. A Convenção Quadro para Controle do Tabaco, o primeiro tratado mundial de saúde pública, proposto pela maioria de países membros da Organização Mundial da Saúde – OMS –, foi ratificada pelo Brasil em 27 de outubro de 2005. A Convenção Quadro é uma iniciativa da OMS, cujo objetivo é evitar a morte de pessoas através do uso do tabaco. Trata-se de um compromisso internacional pela adoção de medidas de restrição ao consumo de cigarros e outros produtos derivados do tabaco. A Convenção Quadro contém outras iniciativas para controlar o tabagismo: proibição da propaganda; educação e conscientização da população; proibição de fumar em ambientes fechados; controle do mercado ilegal de cigarros; tratamento da dependência da nicotina; inserção de mensagens de advertências sanitárias fortes e contundentes nas embalagens dos produtos de tabaco; regulação dos produtos de tabaco quanto aos seus conteúdos e emissões, entre outros.

³ FOB = Free on Board. Termo internacional que significa “livre a bordo”, em que o exportador é responsável por todas as despesas até o embarque da mercadoria a bordo do navio. O importador arca com as demais despesas até a mercadoria chegar ao destino.

O embate em torno da Convenção Quadro para Controle do Tabaco tem dois lados bem definidos. Em uma ala estão os antitabagistas, capitaneados pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), que usam como argumento o fato de que várias doenças e milhões de mortes estarem relacionados ao tabagismo. Do outro lado estão quase 200 mil famílias de produtores de fumo que, somente nos três Estados do sul do Brasil, sobrevivem a partir da cultura. Levando-se em conta toda a cadeia produtiva, o fumo gera 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos, sendo quase um milhão somente no campo. O ponto que mais preocupa o setor fumageiro é a ausência de garantias de que haverá recursos em um fundo internacional para a reconversão das lavouras de tabaco. (CORREA *et al*, 2005, p.41)

Sendo a região do Vale do Rio Pardo grande produtora de fumo em folha, apresentando-se como o maior complexo agroindustrial do fumo no mundo, estamos diante de uma região verticalmente integrada à economia globalizada por meio, principalmente, das ações e regulações operadas pelas transnacionais agrofumageiras no mercado mundial. A região depende economicamente da cultura do fumo, pois a produção está interligada as indústrias instaladas. Uma pesquisa da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) aponta que caso o fumicultor seja obrigado a deixar de plantar o fumo, esta medida pode resultar em êxodo rural, pois 42,7% deles trocariam o campo pela cidade.

<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=20067>

No que concerne ao município de Santa Cruz do Sul, o pólo regional reúne uma conjunção de fatores – volume de produção, centralização das principais empresas do setor que compram, beneficiam e exportam o produto – sustentando desta forma o título de Capital Brasileira e Mundial do Fumo. No parque industrial da cidade estão instaladas grandes empresas transnacionais, incluindo a maior fábrica de processamento de fumo do mundo. Como já foi expresso no início deste texto, Santa Cruz possui uma renda anual *per capita* alta, o que dificulta alterar a cultura da produção do tabaco por outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santa Cruz do Sul caracteriza-se, atualmente, conforme o *Anuário Brasileiro de Comércio Exterior*, como a 7ª maior exportadora da Região Sul, apresentando-se em 2º lugar como a cidade que mais exporta no Rio Grande do Sul, sendo que o montante em 2005 chegou a US\$ 905,28 milhões, ficando atrás apenas do município de Triunfo, que é a sede do Pólo Petroquímico. De acordo com o 34º *Prêmio Exportação Rio Grande do Sul*, evento realizado em 9 de maio de 2006, dentre as 16 empresas premiadas, três são do setor fumageiro e estão sediadas na Região do Vale do Rio Pardo.

Apesar de todos estes dados aparentemente “favoráveis”, o município e a região enfrentam vários problemas sociais, através de uma péssima e desigual distribuição de renda. Santa Cruz do Sul assiste anualmente ao aumento considerável de cinturões de miséria, configurados a partir do cenário de desemprego, do trabalho informal e temporário, visto que as grandes transnacionais passam por uma crescente mecanização e informatização do seu processo industrial, diminuindo a necessidade do trabalho regular e do trabalho temporário – conhecido como “safrista”. Aliam-se a isto, as crescentes migrações do meio rural para o urbano, sendo que o setor agrícola do fumo submete o produtor a condições de dependência à agroindústria em relação a comercialização (preços e categorias) do tabaco, o que não permite autonomia produtiva e faz imperar a relação de dependência social e econômica.

Ainda, se realizarmos uma breve análise sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – do Vale do Rio Pardo – COREDE –, de 2000, perceberemos que os municípios com melhores indicadores são as três já mencionadas cidades onde há indústrias transnacionais – Santa Cruz do Sul, com o melhor índice, entre 0,800 a 0,850, seguida por Vera Cruz e Venâncio Aires entre 0,781 a 0,799, sendo que todos os outros municípios da região se configuraram com os mais baixos indicadores do Estado do Rio Grande do Sul. Estes dados indicam que a região endogenericamente possui grandes disparidades sociais.

O fortalecimento das relações culturais, sociais e econômicas depende da busca por alternativas para geração de renda e trabalho, promovendo assim as bases para a transformação do desenvolvimento social e econômico. Porém, o que se percebe não são atitudes sólidas por parte do poder público e da comunidade em geral – sociedade civil –, há, fundamentalmente, tentativas díspares, sem bases fortes para proporcionar transformações reais no cotidiano dos produtores rurais e dos trabalhadores safristas, ambos no meio rural ou urbano, dependentes das agrofumageiras. Não há, neste contexto, como mobilizar o capital social para a mudança da “cultura tabagista” que se processou histórica, social e economicamente ao longo de 150 anos sem antever a conscientização popular sobre o momento que se vivencia.

Urge a necessidade de uma “reflexão estratégica” como fator fundamental para as transformações territoriais, assim, o desenvolvimento de regiões, como este caso estudado, antevê uma mudança de “mentalidade” por parte de toda a comunidade regional, antevê, sobretudo, discussões acerca da sustentabilidade econômica e de sua estrutura social, não somente por parte das cidades isoladas, mas comungando conjuntamente estratégias de enfrentamento para se alcançar o desenvolvimento citadino, e consequentemente, regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREA, Silvio (et al). *Anuário Brasileiro do Fumo 2005*. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta Grupo de Comunicações, 2005.

CUNHA, Jorge Luiz. *Os colonos alemães e a fumicultura*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

ETGES, Virginia Elisabeta. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da Fisc, 1991. 209p.

Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados. Disponível em <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=20067>. Acesso em 10 maio 2005. *Produtor recusa-se a abandonar lavoura de fumo*.

Gazeta Mercantil/Finanças & Mercados. Disponível em <http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=20002>. Acesso em 10 maio 2005. *Agricultor protesta contra fim do plantio de fumo*.

GAZETA DO SUL. Santa Cruz do Sul. Diário. *Setor fumageiro é destaque em nível nacional*. Publicado em 06 e 07 de maio de 2006, p.20 e 21.

GAZETA DO SUL. Santa Cruz do Sul. Diário. *34º Prêmio Exportação RS*. Encarte especial publicado em 11 maio 2006.

KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo*: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

MARTIN, Hardy Elmíro. *Santa Cruz do Sul: de Colônia a Freguesia 1849-1859*. Santa Cruz do Sul: APESC. RS, 1979.

MENEZES, J. Bittencourt. *Município de Santa Cruz*. Santa Cruz do Sul: Tipografia Lamberts & Riedl, 1940.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969. v.1.

VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

SENADO. Disponível em <http://www.senado.gov.br/pedrosimon/noticias1.asp?noticia=1428>. Acesso em 13 de maio 2005. *Senado ratifica acordo que restringe consumo de tabaco*.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, 242p.

_____. *Repensando a região: o planejamento estratégico e participativo no Vale do Rio Pardo/RS*. Em Revista Redes, Interdisciplinaridade e Desenvolvimento Regional, v.7,n.2, maio/ago 2002. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002, p. 167-194.

_____; VOGT, Olgário (org). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul (RS): 1849-1993*. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 1997. 283p.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 179p.